

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
1. Por que os cristãos devem influenciar positivamente o governo?	15
2. O papel do governo na regulação do mercado e a desigualdade econômica	49
3. É correto o cristão participar de atos de desobediência civil, protestos públicos e tentativas de mudar o governo em situações específicas?	59
4. Direitos de propriedade inerentes ao oitavo mandamento são necessários para a prosperidade humana	77
5. Qual o risco para os negócios se perdermos uma cosmovisão cristã?	97
<i>Sobre os Autores</i>	123

Apresentação

Por ocasião do 10.º Congresso Brasileiro de Teologia Vida Nova, realizado em 2016, Edições Vida Nova teve o privilégio de receber no Brasil, como um de seus palestrantes convidados, o dr. Wayne Grudem, eminente teólogo e especialista em Novo Testamento, Teologia Sistemática e em temas relacionados à Teologia Aplicada.

Como contribuição para a reflexão bíblica e evangélica sobre economia e política, selecionamos cinco textos de Wayne Grudem relacionados a esses temas (dois dos quais em coautoria com Barry Asmus), os quais complementam ou reforçam as palestras proferidas por ele no congresso de 2016.

O capítulo 1 é um resumo dos dois capítulos iniciais do livro *Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer* (Vida Nova) e apresenta as ideias equivocadas mais comuns no meio evangélico a respeito da política, apontando a solução bíblica para uma concepção correta do tema. O capítulo 2, publicado originariamente no periódico *The Christian Lawyer*, tem como foco a importância da economia de livre mercado para a prosperidade de uma sociedade e o prejuízo que o excesso da intervenção e regulação do Estado pode causar a uma nação. O capítulo 3 — que corresponde a uma das palestras do

Congresso — tem o propósito de analisar os limites da obediência que o cristão deve ao Estado, defendendo a legitimidade da desobediência civil em circunstâncias em que o governo exige a violação dos padrões morais divinos e argumentando que há precedentes bíblicos para protestos e oposição ao governo que faça mau uso do poder concedido por Deus ao agir de forma tirânica contra os cidadãos sob sua autoridade. Os dois textos finais (caps. 4 e 5) foram publicados nos anais da Business Ethics Conference, realizada pelo Center for Christian Business Ethics Today, em coautoria com o famoso economista Barry Asmus, e tratam da implicação do oitavo mandamento para a propriedade privada e para a sociedade de livre mercado, além de abordar a influência positiva de uma cosmovisão cristã na sociedade e na economia.

* * *

“Por que os cristãos devem influenciar positivamente o governo?” Esse é o título do primeiro capítulo e a pergunta a que Wayne Grudem busca responder.

Antes de apresentar sua proposta, o autor lida com cinco ideias equivocadas e bem comuns sobre a política: “o governo deve impor uma religião”; “o governo deve excluir a religião”; “todo governo é perverso e demoníaco”; “dedique-se à evangelização e não à política”; “dedique-se à política e não à evangelização”. Grudem explica e analisa cada uma dessas ideias equivocadas, demonstrando as falhas em seus pressupostos e oferecendo fundamentação bíblica e exemplos da história da igreja que refutam essas concepções.

Depois dessa análise, o autor apresenta sua posição, defendendo uma “influência cristã expressiva no governo”. Ele menciona exemplos de homens fiéis a Deus no Antigo Testamento, como Daniel e José, os quais ocuparam posição

política e influenciaram governos estrangeiros, e cita várias passagens dos Profetas que confrontam os pecados das nações ao redor de Israel. A conclusão lógica é que Deus é o Senhor de todos os povos e que os padrões morais da Bíblia são aqueles pelos quais todos serão cobrados, inclusive os oficiais dos governos em qualquer lugar do mundo.

Wayne Grudem passa, então, a expor o ensino do Novo Testamento, mostrando não apenas exemplos de pessoas que confrontaram os erros morais de governantes, como João Batista e Paulo, mas indicando também passagens didáticas, como Romanos 13 e 1Pedro 2, que falam sobre o governo como constituído por Deus e com certas responsabilidades estabelecidas pelo Senhor. Daí a necessidade de cristãos se manifestarem influenciando a política e o governo ao lembrarem os governantes de sua responsabilidade perante o Deus que lhes conferiu o poder político.

Por fim, ele mostra que cristãos devem influenciar o governo de modo expressivo, pois atuarão como bússola moral para a sociedade e seus representantes e servirão a nação da qual têm recebido grandes benefícios como cidadãos.

* * *

No capítulo 2, Wayne Grudem aborda o papel do governo na regulação de mercado e a desigualdade econômica, defendendo a economia de livre mercado.

Quanto ao primeiro tema, o papel regulador do Estado na economia, o autor apresenta a descrição bíblica das funções principais do Estado: punir os que fazem o mal, recompensar os que praticam o bem e impor ordem à sociedade (1Pe 2.13,14). A Bíblia também apresenta advertências contra governos que tomam para si o que por direito legítimo pertence às pessoas; ela ensina que a propriedade dos bens é, em geral, individual, não do Estado. Portanto,

o governo deve interferir o mínimo possível no mercado, limitando-se às funções descritas na Bíblia.

O autor cita diversos benefícios de uma sociedade de livre mercado, como a melhor qualidade de bens e produtos, a liberdade que trabalhadores e empregadores têm de escolher o que é melhor para cada um, a maior satisfação dos consumidores e uma percepção mais exata do que é o desejo de consumo das pessoas.

Por essa razão, Grudem, ao tratar do segundo tema, a desigualdade econômica, argumenta que a preocupação do Estado deve se concentrar nos casos de urgente e extrema necessidade física e cuidado dos pobres, oferecendo a estes, porém, condições para que possam se emancipar economicamente. Quando o governo extrapola seu papel, tentando eliminar a desigualdade econômica e impondo a igualdade de renda, acaba penalizando bons hábitos e recompensando maus, pois as pessoas “têm habilidades diferentes, interesses diferentes e níveis distintos de ambição econômica” (p. 55). Deus deseja que as pessoas sejam economicamente produtivas (Gn 2.15; 1Ts 4.11,12); por isso, cabe ao governo incentivar o desenvolvimento e o lucro das empresas, possibilitando o livre mercado e trabalhando para garantir justiça nas relações trabalhistas, impostos baixos e proteção da propriedade privada.

* * *

Pode haver circunstâncias em que a desobediência civil seja legítima ou até mesmo necessária? O cristão deve participar de protestos contra ações moralmente erradas do governo vigente ou resignar-se em casa esperando que um ato absolutamente sobrenatural resolva a situação?

No capítulo 3, Grudem analisa os limites da obediência civil, demonstrando com base nas Escrituras e no exemplo histórico da independência dos Estados Unidos que o cristão

deve desobedecer ao governo quando este lhe ordena algo contrário aos padrões morais estabelecidos por Deus nas Escrituras. Por meio de exemplos tanto do Antigo Testamento quanto do Novo, o autor argumenta que homens e mulheres tementes a Deus desobedeceram às autoridades civis em submissão ao Senhor. Além disso, o texto defende que o fiel pode e deve se envolver em protestos públicos pacíficos em oposição às ações erradas do governo, crendo que a soberania de Deus atua *por meio* dos atos humanos, e não a despeito deles. Nesse sentido, há espaço e meios legais nas sociedades democráticas para articular a destituição de governos cuja tirania e corrupção se tornam insuportáveis e trazem prejuízos imensos à sociedade.

Por fim, o capítulo apresenta algumas aplicações ao citar exemplos de fatos recentes ocorridos nos Estados Unidos, nos quais cristãos corajosos desobedeceram ao Estado quando este lhes exigiu violação das leis de Deus, entendendo que é mais importante submeter-se ao Senhor do que aos homens.

* * *

Será que o oitavo mandamento tem algo a ensinar sobre a propriedade privada? E qual é a relevância da propriedade privada para a prosperidade humana? Essas são as duas perguntas norteadoras do artigo que constitui o capítulo 4, escrito por Wayne Grudem e Barry Asmus, o qual serviu de base para capítulo 4 de *A pobreza das nações* (São Paulo: Vida Nova, 2016). O oitavo mandamento, “não furtarás” (Êx 20.15), pressupõe a existência da propriedade privada. Certas coisas pertencem à outra pessoa e não a mim e, portanto, não devo roubar. Esse conceito de posse de bens é reforçado ainda por outros mandamentos do Antigo Testamento, dirigidos tanto a indivíduos quanto ao governo, que exigem o respeito às terras de pessoas e famílias e a reparação de bens danificados.

Os autores, então, mostram como o direito à propriedade privada implica certas responsabilidades individuais, visto que os seres humanos são administradores de bens que pertencem, em última instância, ao próprio Deus: “Ao SENHOR pertencem a terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele habitam” (Sl 24.1). A visão bíblica de propriedade requer, portanto, que as pessoas administrem suas posses com sabedoria e as utilizem de modo vantajoso e digno perante o Senhor, pois prestarão contas do uso que fizeram dos bens que lhes foram confiados.

Desse modo, o oitavo mandamento é tanto uma dádiva maravilhosa quanto uma imensa responsabilidade, porque permite aos indivíduos prosperarem na Terra ao mesmo tempo que exige deles profundo discernimento e uma mordomia diligente no emprego dos bens.

Quando governos reivindicam para si a propriedade dos bens de uma nação ou limitam o uso sábio e criterioso de cada indivíduo, eles impedem a prosperidade das pessoas e roubam delas o que lhes pertence. Por isso, o livre mercado, em que a liberdade individual e a propriedade de bens são protegidas, é o melhor sistema econômico para que o ser humano prospere e administre com sabedoria o que Deus lhe concedeu.

* * *

No capítulo 5, Asmus e Grudem demonstram como a cosmovisão cristã afeta profundamente a vida socioeconômica de uma nação. A pergunta central é: “O que está em risco se, como sociedade, abandonarmos a cosmovisão cristã?”. Eles apresentam cinco convicções que podem ser perdidas se os cristãos deixarem de influenciar a sociedade com os padrões de Deus:

1. A crença de que somos responsáveis perante Deus. A Bíblia é muito clara em afirmar que Deus está atento às

ações humanas e pedirá contas tanto de empregadores quanto de empregados — se agiram com justiça e cumpriram suas responsabilidades. Quando isso se perde, a consequência desastrosa será a ganância dos empregadores e o engano dos que vendem seus produtos, ao mesmo tempo que não haverá estímulo algum ao trabalho, pois as pessoas não mais considerarão que têm de prestar contas de como gastam seus recursos financeiros e de quanto se esforçam em seus empregos.

2. A crença na bondade moral dos negócios. A ordem divina para dominar e desenvolver a terra.
3. A crença na bondade moral da posse de bens. A ideia de propriedade privada, que é inerente ao oitavo mandamento.
4. A crença na bondade moral do trabalho produtivo, que alia diligência no emprego e desfrute das posses (veja Eclesiastes).
5. A crença na plena esperança a respeito do tempo e da história, em que se acredita que o trabalho trará mudanças positivas para a sociedade.

O resultado do abandono dessas convicções para os negócios e para a sociedade será desintegração e destruição, decorrentes de maior intervenção estatal e da falta de valor do trabalho.

É, portanto, urgente que os cristãos atuem conforme os princípios bíblicos e proclamem esses princípios à sociedade, a fim de que a cosmovisão bíblica leve as pessoas a ser mais produtivas e a expressar amor ao próximo por meio de seu trabalho. Como escreve Grudem, “Cuidar do bem-estar econômico da sociedade também é obedecer ao mandamento de Jesus ‘Amarás o teu próximo como a ti mesmo’ (Mt 22.39)” (cap. 5, p. 122).

* * *

É com grande satisfação que Edições Vida Nova oferece esses textos de Wayne Grudem e Barry Asmus em um só volume. O fio condutor dos artigos é a cosmovisão bíblica que traz benefícios profundos para a economia e leva o cristão a influenciar positivamente a política de sua cidade, de seu estado e de sua nação.

Com seu característico compromisso acadêmico e atenção à fundamentação bíblica, temos certeza de que os escritos de Grudem, bem como de seu coautor Asmus, serão grandemente apreciados entre os cristãos evangélicos do Brasil, ajudando-os a aprofundar o conhecimento bíblico sobre temas tão relevantes para a vida em sociedade.

Os Editores

1

Por que os cristãos devem influenciar positivamente o governo?¹

Wayne Grudem

Seria correto afirmar que os cristãos devem tentar influenciar as leis e a política? Antes de explicar como entendo esse assunto, preciso dizer quais são, em minha opinião, as cinco ideias equivocadas sobre ele. Na sequência, apresentarei uma solução melhor e mais equilibrada para essa questão.

Primeira ideia equivocada: O governo deve impor a religião

Em minha perspectiva, a primeira ideia equivocada é a de que o governo civil deve obrigar as pessoas a apoiar ou a seguir determinada religião.

É trágico o fato de que essa concepção de “impor uma religião” foi defendida por muitos cristãos em séculos anteriores. Essa ideia teve um papel importante na Guerra dos Trinta Anos (1618–1648), que começou como um conflito entre protestantes e católicos romanos pelo controle de

¹Este capítulo é uma adaptação dos dois capítulos iniciais de *Politics according to the Bible: a comprehensive resource for understanding modern political issues in light of Scripture* (Grand Rapids: Zondervan, 2010) [edição em português: *Política segundo a Bíblia: princípios que todo cristão deve conhecer*, tradução de Suzana Klassen (Edições Vida Nova, 2014)] e foi inicialmente publicado como um livrete pelo Family Research Council (Washington, EUA).

vários territórios, especialmente na Alemanha. Houve muitas outras “guerras religiosas” na Europa, em particular entre católicos e protestantes, nos séculos 16 e 17.

Com o passar do tempo, cada vez mais cristãos foram percebendo que essa posição é oposta aos ensinamentos de Jesus e à natureza da própria fé. Não conheço nenhuma denominação ou instituição cristã que defenda atualmente a ideia de que o governo deve tentar obrigar as pessoas a seguir a fé cristã.

No entanto, outras religiões ainda apoiam a imposição de suas crenças pelo governo. Isso é visto em países como a Arábia Saudita, cujas leis obrigam as pessoas a seguir o islamismo. Aqueles que deixam de obedecer podem enfrentar penalidades severas impostas pela polícia religiosa. A lei proíbe a prática pública de qualquer religião que não seja o islamismo e proíbe os sauditas de se converter a outras religiões. Mas deve-se observar também que outros muçulmanos são a favor da democracia e permitem diferentes níveis de liberdade religiosa.

Nos primeiros anos dos Estados Unidos, o apoio à liberdade religiosa nas colônias americanas cresceu porque muitos colonos haviam fugido da perseguição religiosa em seus países de origem. Por exemplo, os peregrinos da Nova Inglaterra haviam fugido da Inglaterra, onde tinham pago multas e sido submetidos à prisão por não participarem dos cultos da Igreja da Inglaterra e por realizarem cultos em suas próprias igrejas.

Várias passagens bíblicas mostram que a ideia de que “o governo deve impor uma religião” é incorreta e contrária aos ensinamentos da Bíblia como um todo.

É impossível impor a fé autêntica

O governo nunca deve tentar impor uma religião, porque, de acordo com a Bíblia, a verdadeira crença religiosa não

pode ser imposta à força. Jesus e os apóstolos do Novo Testamento sempre *ensinavam* as pessoas, *argumentavam* com elas e, então, *faziam apelo* para que tomassem uma decisão pessoal de seguir Jesus como o verdadeiro Messias. Jesus convidava as pessoas: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei” (Mt 11.28; cp. com At 28.23; Rm 10.9,10; Ap 22.17).

Toda pessoa que criou filhos sabe que nem mesmo os pais conseguem obrigá-los a crer em Deus. Você pode levá-los à igreja e ensinar-lhes a Bíblia, mas cada filho tem de tomar uma decisão pessoal de confiar em Jesus como seu Senhor e Salvador. É impossível impor uma fé autêntica.

Alguém poderia argumentar: “Mas o que dizer das leis do Antigo Testamento que ordenavam castigos severos a quem tentasse ensinar outra religião (veja Dt 13.6–11)? Esses textos não fazem parte da Bíblia?”.

A resposta é que essas leis foram apenas para a nação de Israel daquela época específica. Elas nunca foram impostas a nenhuma nação ao redor. Essas leis do Antigo Testamento que obrigavam a prática da religião israelita nunca foram planejadas para as pessoas que viveram depois da vinda de Jesus e do estabelecimento de sua “nova aliança” (Hb 8.8–9.28).

Jesus fez distinção entre o reino de Deus e o de César

Outro argumento bíblico contra a ideia de “impor uma religião” está no ensino de Jesus sobre Deus e César. Os adversários judeus de Jesus estavam tentando enredá-lo com a pergunta “É correto pagar tributo a César, ou não?” (Mt 22.17). De forma surpreendente para seus adversários, Jesus declarou: “Mostrai-me a moeda do tributo. E trouxeram-lhe um denário” (v. 19). Então, ele disse: “De quem são esta imagem e inscrição?”. Eles responderam: “De César”.

Então lhes declarou: “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Mt 22.20,21).

Essa é uma afirmação notável porque Jesus mostra que existem *duas diferentes esferas de influência*, uma relativa ao governo e outra relativa à vida religiosa do povo de Deus. Alguns elementos, como impostos, competem ao governo civil (“o que é de César”), e isso significa que a igreja não deve tentar controlá-los. Por outro lado, alguns assuntos pertencem à vida religiosa das pessoas (“o que é de Deus”), e isso implica que o governo secular não deve exercer controle sobre eles.

Jesus não especificou o que diz respeito a cada categoria, mas a simples distinção das duas foi de importância imensa para a história do mundo. Isso indicou um *sistema diferente* da nação de Israel no Antigo Testamento, em que cada indivíduo era considerado parte do povo de Deus e todos tinham de obedecer às leis religiosas.

Liberdade religiosa é um princípio bíblico

O novo ensinamento de Jesus de que as esferas de “Deus” e de “César” são distintas implica liberdade religiosa. Isso significa que todos os governos seculares — mesmo atualmente — devem dar às pessoas liberdade quanto à fé religiosa que seguem (ou em não seguir uma fé), quanto às doutrinas religiosas que defendem e quanto à forma pela qual adoram a Deus. “César” não deve controlar esses aspectos, pois são “de Deus”.

Por isso, os cristãos de cada nação devem apoiar a liberdade religiosa e se opor a qualquer tentativa do governo de impor uma única religião. Aliás, *a liberdade total de religião* deve ser o primeiro princípio sustentado e defendido por cristãos que procuram influenciar o governo.